

*A América Latina sobreviverá?**

Anibal Quijano

Quando os europeus chegaram a este território e conquistaram as sociedades aborígenes, nasceram, ao mesmo tempo e na mesma ocasião, três categorias históricas: a América e, naquele primeiro momento, a América Latina; o capitalismo; e a modernidade. Após 500 anos, as três estão em crise. Assim, de uma maneira estranha, estamos prestes a ter uma comemoração cerimonial da crise mundial, uma vez que capitalismo e modernidade nada mais são do que os próprios alicerces do nosso mundo atual e a América Latina nasceu como parte do processo de constituição deste mundo.

A crise destas três categorias é tão profunda e duradoura que talvez não seja temerário perguntar se não estão, cada uma delas, no seu ponto crucial. Na verdade, estão mesmo. Afinal, esta é a primeira vez que parte da produção, dentro do poder capitalista, começa a se tornar possível sem a intervenção de qualquer força de trabalho viva e individual. A crise da modernidade é considerada muito mais complexa e radical do que em qualquer outra ocasião. Embora seja desnecessário

admitir que a pós-modernidade é algo diferente ou oposta à modernidade, fica claro que neste debate há muitas questões implícitas que não devem ser ignoradas, com todos seus riscos e potencialidades, acima de tudo, aquela referente ao paradigma eurocêntrico dominante do conhecimento e da cultura. Dessa forma, a América Latina está indubitavelmente no meio de sua mais longa e pior crise, pelo menos neste século.

A crise de cada uma dessas categorias não pode ser nem explicada nem compreendida separadamente de suas relações múltiplas. Provavelmente, não é por acaso que estão em crise ao mesmo tempo e de um modo que pode levá-las a um verdadeiro ponto crítico histórico. Para a América Latina e os latino-americanos, a questão é da mais extrema importância.

Não está concluído, ainda, o que se começou com a conquista e a colonização do que conhecemos como América Latina. Em primeiro lugar, o processo de formação de uma potência mundial ainda está em andamento, culminando talvez na formação do presente poder global em escala planetária. Em segundo, o processo de concentração dos recursos mundiais, iniciado há 500 anos, sob controle e para benefício quase exclusivo dos seus colonizadores, não está absolutamente terminado. Na verdade, testemunhamos agora um novo estágio desse processo de concentração

* Conferência realizada na University Florida Gainesville, EUA, nov. 1991.
Anibal Quijano - Professor da Universidad San Marcos - Lima, leciona em universidades européias e latino-americanas. Autor de vários livros sobre a América Latina. Ocupa atualmente a Cátedra Simon Bolívar do IEA da USP.

dos recursos mundiais. Em terceiro lugar, se olharmos para o poder global surgido recentemente, veremos sem dificuldade que a esmagadora maioria desses explorados, oprimidos e discriminados consiste precisamente nos povos das sociedades que já foram ou ainda estão colonizadas. Como tal, isso não é diferente do poder global em si, pois, em cada país, sem uma única exceção, existe a mesma relação de poder. Dessa maneira, se é verdade que o colonialismo, como domínio explícito, formal e político, está quase que totalmente extinto, o colonialismo, como a própria base do poder cultural e social, está ainda onipresente. Para a América Latina, especificamente, a posição de dependente e o papel ao qual foi submetida dentro de todo esse processo continuam ainda dominando toda a nossa história.

Portanto, não é por acidente que, neste quadro histórico e com o mesmo velho padrão de sua própria história de dependência, a América Latina não tenha conseguido evitar o papel de vítima principal da crise do capitalismo e da modernidade.

Efetivamente, a atual crise da América Latina não é apenas a mais longa de toda a nossa história no século XX, mas também a mais profunda: afeta todas as pessoas e cada aspecto de nossa vida. Deixa nossa economia estagnada e, em alguns casos, a desintegra; está na origem dos processos de desintegração social e anomia; torna ambíguas e sem decisão todas as identidades sociais; mutila as bases sociais, de reprodução local ou nacional e de controle do Estado, mas assegura os mecanismos de controle transnacional; enfraquece a integridade latino-americana até mesmo ao ponto de permitir a redução, ou talvez a desintegração, do espaço histórico latino-americano; deixa indefesos alguns de nossos países no que se refere a uma intervenção aberta, explícita e imperial. Isso ocorre, na América do Sul, pela primeira vez nos últimos 200 anos. Há tantas perguntas acumuladas que no momento são irrespondíveis, causando tanta ansiedade, perplexidade, pessimismo e, acima de tudo, tanto conflito e violência que, para muitos, é tempo de perguntar se a América Latina sobreviverá.

Não mais que uma década atrás uma pergunta inquietante e perturbadora como essa seria inimaginável. Agora, contudo, de certa maneira, esta parece quase inevitável. A América Latina encontra-se, ainda, num processo de constituição de uma identidade histórica, vale dizer, de completa individualidade de uma experiência histórica. Essa experiência foi gerada numa matriz de violência e crise. Na atual situação fatores semelhantes estão em andamento, os quais, se não têm a mesma força apocalíptica de antes, possuem a mesma fúria

para destruir pelo menos as identidades históricas ainda não definidas. Em outras palavras, podem nos colocar na verdadeira encruzilhada de nossa história. Realmente, estamos em tal encruzilhada.

Não é possível discutir aqui todas ou a maioria das questões e temas da atual crise latino-americana. Portanto, pretendo ater-me apenas em três das mais decisivas ou vitais dessas questões, sendo que a primeira refere-se ao espaço.

A questão do espaço

É claro para todos nós que a primeira e principal condição da existência de qualquer sociedade, bem como do desenvolvimento ou preservação de seu próprio padrão histórico ou identidade histórica é a legítima posse de seu próprio espaço. Sem esse espaço, nenhuma sociedade poderia existir. Essa é, precisamente, a primeira e vital questão com que se defronta agora a América Latina.

Entretanto, como sabemos, na realidade social, o espaço não é apenas uma categoria física, e, sim, acima de tudo, uma relação de poder. Para a América Latina, a questão do espaço começou com a conquista, pelos Estados Unidos, da metade norte do México e, desde então, tem sido um problema ao longo do tempo, devido à freqüente intervenção direta do poder imperial dos Estados Unidos no Caribe e na América Central, bem como sua presença militar no Istmo do Panamá, incluindo sua invasão naquele país. Agora, subitamente, isso é de novo assunto muito mais explícito e imediato para toda a América Latina.

Primeiro, de certa forma admite-se que a fronteira norte ou divisa da América Latina foi rompida e, por todas as questões práticas, torna-se menos real. Portanto, podemos começar a imaginar onde começa ou termina a América Latina. Porém, muito mais importante é o fato de que Estados Unidos, Canadá e México se dirigem para uma forma de integração, sendo impossível esconder o óbvio desequilíbrio de poder, bem como o benefício dessa integração. Para muitos, a verdade é que o México ficará integrado aos Estados Unidos e não com os Estados Unidos. Se isso acontecer, mais cedo ou mais tarde a América Central e os países do Caribe não conseguirão deixar de ser parte dessa nova entidade. Na verdade, há um ano, foi lançado, juntamente com o primeiro exemplar de "Hemisfile" (Stanford, Califórnia), um certo mapa marrom, incluindo num só país todo o território que compreende o Istmo do Panamá até o Alasca, sob o nome de Estados Unidos da América. Portanto, a idéia e a imagem estão no ar.

Com o tempo, o nome América Latina será usado apenas pelos sul-americanos? Contudo, as forças em ação na América do Sul não são nada claras. Quando o Pacto Andino foi criado, cerca de vinte anos atrás, entre Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, este não apenas foi apresentado como um passo rumo à integração latino-americana, mas também reconhecido como tal. Agora, contudo, com o projeto de integração do Cone Sul, a situação não é absolutamente a mesma. Por um lado, as elites desses países consideram-se parte do grupo do Atlântico, brancas, européias e eurotrópicas, enquanto os povos andinos são vistos como não-europeus. Por ora pelo menos, e não importa qual seja a discussão formal, quando se participa de uma reunião ou conversa com pessoas envolvidas no projeto do Cone Sul, verifica-se que elas não têm o menor interesse na integração latino-americana. Pelo contrário, muitas até admitem que não existe tal coisa como América Latina. Seja qual for o caso, o Brasil não está incluído. O Chile, por sua vez, abandonou o Pacto Andino anos atrás e está agora, como o México, vis-à-vis os Estados Unidos. Dessa maneira, até mesmo o que sobrou da possível futura América Latina, do Istmo do Panamá ao Estreito de Magalhães, corre o risco de se dividir em duas partes opostas, mais ou menos do mesmo modo que a República Dominicana e o Haiti que, apesar de compartilharem a mesma e não muito extensa ilha, não formam juntos qualquer entidade e muito menos qualquer identidade individual.

Esse, contudo, ainda não é o fim da história. Sob o pretexto de uma guerra às drogas, os Estados Unidos enviam tropas à Bolívia e ao Peru e sabe-se que operam, às escondidas, na Colômbia. Certamente é interessante observar que, enquanto na Colômbia os americanos precisam agir encobertos, na Bolívia e no Peru agem às claras. Talvez a resposta não esteja muito longe. Bolívia e Peru são agora os Estados mais fracos na América do Sul, com sociedades desintegradas, forças sociais e políticas dispersadas e classes dominantes incapazes ou, pior, sem vontade de resistir ou de evitar a ocupação militar de seus territórios por parte de um país estrangeiro.

Para muitos observadores, deve ser ingenuidade, para dizer o mínimo, admitir ou acreditar que a presença militar dos Estados Unidos na região Andina e na Amazônia tem apenas o objetivo de impedir o tráfico de drogas. Muito mais ingênuo ainda seria pensar que tal presença será realmente eficaz para solucionar este problema. O que parece estar em jogo é o controle político-militar da mais convulsiva e conflitiva área da região, potencialmente perigosa para a estabilidade

política de toda a América do Sul. Muito provavelmente, a presença de tropas dos Estados Unidos na área vai aumentar e agravar o já confuso conflito de muitas facções. Assim, a duração da permanência norte-americana no coração da América do Sul não será curta. O que os panamenhos afirmam a respeito de seu país, podemos agora dizer da América do Sul: na fronteira leste, o Oceano Atlântico; no oeste, o Oceano Pacífico; ao norte fica a América Central; no sul, a Antártida; mas, no centro, temos os Estados Unidos. O que resta então da América Latina?

O problema, contudo, é que a existência de um espaço latino-americano integrado é agora muito mais importante do que nunca. Na atual situação mundial, na época de um poder global e de um império global, nenhum dos temas básicos dos países latino-americanos e do seu povo pode ser abordado, muito menos solucionado, sem a integração latino-americana.

A "balcanização" do espaço pós-colonial, que destruiu o projeto de Bolívar pouco depois do fim do domínio colonial ibérico, foi a condição e o produto de uma aliança imperialista de exploração e domínio entre a burguesia européia e a classe do "hacendado" colonial (formado de comerciantes e donos de terras). Tal aliança estava encoberta pela sombra de nomes coloniais (América Hispânica, Luso-América, Ibero-América), sob os quais era e é impossível qualquer lugar para os americanos nativos, para os afro-americanos ou para os novos americanos. Entretanto, indiscutivelmente, essa era a idéia: manter o colonialismo do poder. Esse espaço balconizado, escondido sob nomes coloniais, tem sido, desde então constante instrumento da continuidade da aliança imperialista, agora situada entre as seções locais e transnacionais da mesma classe, a burguesia, ainda sob o controle direto dos Estados Unidos.

Contudo, desde o fim do século XIX um pouco de uma certa tendência histórica se desenvolve na direção de entidade e identidade histórica. A primeira fase desse processo começou com a crítica ao domínio imperialista e ao colonialismo de visão hegemônica sobre a questão da nossa identidade, revelada através daqueles nomes coloniais como América Hispânica, etc. A propósito, é apenas um ato de justiça histórica lembrarmos hoje de que estamos prestes a comemorar o primeiro centenário da publicação do livro seminal deste novo período: "Nuestra América", de José Martí.

Durante o século XX, esse processo tem estado em todos os debates básicos, conflitos e revoluções sociais, pois em todos e em cada um deles a questão de uma nova entidade e identidade tem estado no centro. Mas, acima de tudo, foi após a Segunda Guerra Mundial que

esta nova entidade e identidade começou a se articular como um novo espaço histórico: CEAL (Comissão Econômica para a América Latina), ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), JUNAC (o nome espanhol e oficial do Pacto Andino), SELA (Sistema Econômico Latino-Americano), Grupo de Presidentes da Amazônia e Grupo de Cartagena, são algumas das principais instituições que testemunham o progresso nessa direção.

É extremamente interessante observar que, com a derrota de todas as revoluções sociais anteriores à Segunda Guerra Mundial, com exceção da mexicana, todos os nomes sugeridos para batizar uma entidade e identidade foram igualmente derrotados: "Nossa América", "Indo-América", "Mestiço-América". Ao mesmo tempo, aqueles manchados pelo colonialismo - América Hispânica, Luso-América, Ibero-América - foram igualmente abandonados. Após a Segunda Guerra Mundial, "América Latina", a despeito de suas reverberações eurocentristas, foi praticamente aceito como o novo nome para tal novo espaço-entidade-identidade, não apenas oficialmente, mas, muito mais importante, no âmbito dos grupos dominados da sociedade. E não apenas como um novo rótulo, mas como o nome do próprio projeto de integração e mudança revolucionária do nosso espaço e poder. Porém a aceitação do nome "América Latina" para a nossa nova identidade histórica fez com que este fosse quase que totalmente exaurido de sua prévia história semântica. De outra maneira, seria impossível entender como até mesmo povos de origem aborígine africana, incluindo alguns com idioma inglês da região do Caribe, sentem-se orgulhosos de se intitularem latino-americanos.

É precisamente neste ponto que os ventos do poder global começaram a açoitar o projeto. Primeiramente, a aliança imperialista conseguiu derrotar novamente a maioria das revoluções sociais do novo período, cujo objetivo era mudar a natureza do poder social, conquistar uma situação autônoma dentro da ordem mundial e, obviamente, levar adiante o processo da integração latino-americana às suas máximas potencialidades. Sobre esta base, a mesma aliança tenta, aparentemente, empurrar para seus limites o que começou com a balcanização, o que equivale dizer a total desintegração da América Latina - como uma verdadeira e histórica entidade-identidade - para sua parcial ou total incorporação a uma entidade estrangeira. Talvez não seja só uma coincidência se, neste preciso momento, o nome de nossa identidade, América Latina, esteja sendo substituído outra vez pelo nome de América Ibérica, em seu inegável sabor colonialista.

A questão da identidade

Não é de se estranhar que a pergunta crucial entre os intelectuais latino-americanos é a da identidade. Vale lembrar que, principalmente desde a Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 70, estávamos ocupados com a mudança social e com o problema do poder e não com a questão da identidade. Agora, porém, como aconteceu na virada do século XIX, marchamos outra vez em busca da identidade.

Talvez este problema seja freqüentemente mal colocado pelo menos entre os latino-americanos, já que não se trata de uma abordagem de algo historicamente criado e alterado, mas sim ontologicamente original, de certa maneira, preexistente algo que jaz escondido em algum lugar e pode ser descoberto ou desenterrado, assumido e mostrado. Mas esse mal-entendido não é absolutamente acidental, nem simplesmente errôneo. Nós, latino-americanos, não sabemos ainda como lidar exatamente com o simples fato de que estamos prestes a comemorar o exato momento em que a história foi rompida em duas partes, e ainda não aprendemos como reconciliar e restaurar o fato em apenas uma e única história. Parece que a primeira parte dessa história rompida, que absolutamente não está morta, ainda nos pede para admiti-la como nossa real e original identidade, que temos de recuperar e assumir.

Por que isso? Sugiro que seja um dos mais claros subprodutos do colonialismo do atual poder mundial. Em outras palavras, refere-se à questão não resolvida do status desigual de europeus e não-europeus, ou seja, cor e cultura em nossa atual sociedade. Essa desigualdade, mais do que nunca, é visível no atual estágio de concentração de recursos e poder mundial, sob controle basicamente da mesma minoria da qual vieram os colonizadores americanos. Isso relaciona-se à maneira pela qual o ainda dominante paradigma europeu e eurocêntrico de modernidade e racionalidade se estabeleceu.

Identidade é um fenômeno de relação e categoria e não apenas uma qualidade de certa pessoa, grupo ou sociedade. O poder geralmente é colocado no centro dessas relações. Para os latino-americanos de hoje, é o tipo de relação de poder que começou há 500 anos e está ainda para ser cancelado.

Ao longo do século XX, desde 1910 até uma década atrás, acreditamos que poderíamos mudar tal estrutura de poder, tanto dentro da nossa própria sociedade quanto na ordem internacional. Lutamos por isso e, pelo menos parcialmente, ganhamos, pois é verdade que o poder imperialista e oligárquico, como foi chamado no debate latino-americano, é história hoje. A servidão

obscurantista e/ou frívola da cultura "crioula/oligárquica" não é mais tão dominante. No momento, pelo menos, não há nenhum ditador sangrento dessa origem. A longa luta para mudar as estruturas coloniais, oligárquicas e imperialistas de nossa sociedade latino-americana explica porque não estamos muito preocupados, acima de tudo depois da Segunda Guerra Mundial, com a questão da identidade. Sabíamos, ou pelo menos acreditávamos, que estávamos mudando exatamente as bases históricas que produziam o labirinto de nossa identidade.

Entretanto, fomos derrotados, talvez por um tempo não muito curto, nos objetivos principais, ou seja, no que se refere à extinção final do colonialismo, à legitimação de diferenças e ao uso delas, se não para a conquista de uma sociedade igual e solidária, pelo menos como base de iniquidades políticas e sociais. As iniquidades sociais alicerçadas em diferenças coloniais são mais agudas e mais visíveis do que em períodos anteriores. Para aqueles poucos que dominam, esta é a época de relegitimação e uso dessas diferenças, em função do poder. Em alguns países, como no meu, é tempo de manter esse poder para praticar uma economia quase que unicamente de pilhagem contra a larga maioria pobre. Enquanto isso acontece, não acidentalmente, a maioria da classe dominante é de descendência não-européia ou não apenas européia.

A derrota do projeto de uma sociedade democrática que pudesse se expressar num Estado democrático, com relação democrática entre si, não apenas impediu-nos de concluir o processo de desmantelamento do poder colonialista e de reorganizar nossa sociedade, mas também bloqueou o caminho rumo à reunificação de nossa história rompida, uma vez que somente com a redemocratização dessa sociedade e com a extinção do colonialismo do poder seria possível superar ou cancelar o caráter de dependência dessa história e sua percepção de história rompida. Ao lado da questão não decidida do espaço histórico, essa derrota do processo de democratização da sociedade e a reprodução do caráter dependente de nosso padrão histórico de existência social e de mudança ajuda a explicar a renovação de nossa busca de identidade, que por razões óbvias é mais intensa entre os intelectuais da classe média.

Após tantos anos de debates tão confusos sobre dependência, particularmente nos Estados Unidos, tenho consciência de que minha alusão a essa questão apenas acrescentaria novos elementos à confusão. Por isso, vou tentar explicar-me melhor. Três abordagens distintas podem ser reconhecidas neste debate:

1) "Dependência externa", significando o domínio da "Nação-Estado" por outra, vinda "de fora", ou seja,

das fronteiras ou divisas jurídicas e políticas da Nação ou Estado dominado. Isso talvez não seja exatamente falso, mas de certa maneira é uma abordagem mistificadora, particularmente vis-à-vis os países latino-americanos, onde a idéia européia da Nação-Estado, mistificada como já é, sempre foi, teórica e historicamente, um beco sem saída. Contudo, para muitos, esta é mais ou menos a imagem por trás da idéia de "imperialismo".

2) "Dependência estrutural". Nesta segunda abordagem, a idéia mais freqüente é a de que o domínio internacional não é organizado apenas de fora das fronteiras da Nação-Estado, mas também dentro, como um "domínio externo-interno", já que o capital funciona precisamente dessa maneira: explora os trabalhadores dentro das fronteiras dessa nação, mas com mecanismos de controle e controladores fora das fronteiras, em benefício de sociedades ou nações-estados externas. Esta segunda abordagem é certamente bem mais realista do que a "dependência externa". Não obstante o fato de que para muitos esta talvez não seja efetivamente necessária, uma vez que não se diferencia, de forma clara, do conceito de imperialismo, pode-se dizer que tal conclusão está errada, pois esta abordagem específica não somente o significado do conceito de "imperialismo", como também a relação de "classe nacional" (não apenas "nacional"). Ela vai além dos temas estritamente econômicos implícitos na questão do imperialismo, posicionando-se para examinar toda a estrutura de poder da sociedade.

Há, contudo, um elemento não abordado pelas idéias anteriormente mencionadas, que é básico para entender as especificidades do processo latino-americano. Refiro-me ao fato de que, com a conquista européia, o padrão histórico europeu de organizar e mudar a existência social foi sobreposto ao padrão aborígine parcialmente destruído e desarticulado. No começo, portanto, houve dualidade de padrões históricos, começando a se misturar e formando um hibridismo nos dois séculos seguintes. Como padrão histórico híbrido, a partir de então, nos séculos XVII e XVIII, não mais podia ser considerado europeu. Essa oportuna evolução de um novo padrão histórico de organizar e mudar uma existência social específica, da constituição de uma entidade e identidade, é exatamente a que me refiro. O processo de libertação desse novo padrão histórico da superposição do europeu sobre o aborígine não está inteiramente consumado, pois, no todo, ainda é um padrão histórico dependente, dentro da estrutura de poder que começou com a conquista, ainda manifestada no colonialismo do poder mundial e/ou interno das

sociedades latino-americanas. Por conseguinte, essa "dependência histórica e estrutural", como foi chamada a partir de um artigo meu (*Notas sobre o conceito de marginalidade social na América Latina*. Santiago, Chile, CEPAL, 1966), é um conceito necessário, claramente diferente dos anteriores. Isto é o que venho tentando debater, desde meados dos anos 60.

Como pode ser visto agora, essa dependência histórica e estrutural encontra-se no centro da questão da identidade, no sentido de identidade histórica. Somente pode ser resolvida com o processo de descolonização do poder, tanto em escala mundial como dentro das sociedades latino-americanas.

Estado e sociedade

Então, encontramos a possível questão central da América latina hoje referente a toda a problemática que estamos abordando: as relações estado-sociedade. Acredito que agora, na América Latina, termina um longo período histórico, iniciado em 1910, com o processo que levou à revolução mexicana, até o fim dos anos 80.

O que torna esse período distinto na América Latina é:

- todos os processos básicos, conflitos e debates foram definidos ou adquiriram seu significado histórico por meio de três questões fundamentais: nação, identidade e democracia. Para o caráter estruturalmente heterogêneo e dependente do padrão histórico latino-americano, essas questões pareciam tão entrelaçadas que nenhuma poderia ser abordada, para não dizer solucionadas, isoladas ou no todo. Estas formaram um tão específico nó górdio latino-americano que, às vezes, eu as chamava de "nó arguediano", como homenagem àquele que foi, talvez, o melhor representante desse complexo histórico, o escritor peruano José María Arguedas;
- essas questões não estavam presentes da mesma maneira antes do final do século XIX, isto é, não encontravam-se definidas do mesmo modo, nem poderiam estar no período seguinte. Durante o século XIX, foram definidas separadamente em uma perspectiva pós-colonial "européia-crioula", não importando a opção ideológica particular, conservadora ou liberal. No futuro próximo, cada uma dessas questões e categorias e suas relações recíprocas serão certamente redefinidas radicalmente no novo terreno que começa a se formar com as atuais lutas e mudanças. Durante o século

XX, os debates e conflitos em torno dessas questões foram conduzidos em duas propostas paradigmáticas básicas: socialismo e liberalismo. A segunda foi uma promessa real quando o poder oligárquico estava em plena força. Agora, não para muitos, seu substituto neoliberal pode ser admitido como pragmatismo cru do capital. E o socialismo, em sua versão conhecida como "socialismo existente de fato", dificilmente pode ser atraente.

Essas questões não resolvidas - nação, identidade e democracia - foram deixadas sem resposta porque, entre outras, foram abordadas de acordo com os padrões europeus. A idéia da nação-estado como entidade coesa, cultural e politicamente homogênea foi aplicada em países onde a estrutura de poder era, e ainda é, marcada pelo colonialismo. Os grupos sociais dominantes estavam indubitavelmente interessados na nacionalização de suas sociedades. Contudo, ao mesmo tempo estavam sem vontade e sem condição de permitir qualquer democratização dessa estrutura de poder e, assim, abrir caminho para a formação de uma sociedade nacional. O "problema indígena" era, e ainda é, o nome exato desse impasse.

No século XIX, a questão nacional foi concebida de forma separada daquela referente à democracia. Assim, por exemplo, a oligarquia argentina e, de maneira menor, a chilena pretenderam resolver esse "problema" através de uma guerra genocida contra a população indígena e de uma política para atrair a imigração européia, em vez de qualquer possível descolonização da estrutura do poder. Contudo, basta lembrar o rótulo "cabecitas negras", durante o primeiro período do regime peronista, para descobrir que o problema ainda atormenta a oligarquia argentina. E não é muito difícil relacionar essa história ao longo período de crise política e declínio econômico de um país tão rico. O problema da democratização continua pendente, mesmo nos países atlânticos e eurotrópicos. Quanto ao Brasil, basta lembrar os descendentes africanos e sua atual situação para concluir que o colonialismo está ainda onipresente.

Apesar de todas as lutas que começaram com a revolução mexicana, quando, pela primeira vez, a nacionalização da sociedade foi ligada teórica e politicamente à democratização da sociedade, não conseguimos resolver a questão e, certamente, não será resolvida à moda européia. É pouco o que foi feito e é tarde demais para qualquer solução eurocêntrica para esses problemas. Hoje, 500 anos após a conquista européia, inicia-se um vasto movimento de rebelião "étnica" por parte daqueles dominados no fundo do colonialismo, "índios" e "negros". Somente um novo

genocídio oceânico, como o da época da conquista, ou como aconteceu nos Estados Unidos e Argentina, poderia destruir esses novos movimentos rumo à descolonização da estrutura de poder na América Latina.

Enquanto não se resolver a questão da descolonização da sociedade, ou seja, a radical democratização da estrutura do poder, também não o será a da identidade. Não há outro caminho além da radical descolonização do poder. Portanto, na América Latina, nação, democracia e identidade são três dimensões distintas, mas inseparáveis de uma questão única e fundamental: o colonialismo do poder.

Porém, se o poder ainda está marcado pelo colonialismo das relações sociais, culturais e políticas, nesse contexto, quais são e quais seriam os verdadeiros objetivos e significados da idéia da democracia liberal, da idéia de cidadania, da representatividade formal do Estado vis-à-vis a sociedade? Atualmente, quase todo mundo na América Latina está disposto a admitir a existência de uma crise aberta da representatividade política, como foi claramente revelado nas últimas eleições nacionais no México, Brasil, Peru e Bolívia, ou nos conflitos políticos na Argentina e Venezuela. Na verdade, porém, a maioria dos analistas políticos, particularmente entre as elites dominantes, está exigindo uma "reforma do Estado", no sentido de resolver o crescente divórcio entre Estado e sociedade, ou entre o social e o político.

Essa reforma do Estado pode ser conveniente e suficiente para os que dominam - classes e/ou grupos étnicos e políticos - e mais ainda para aqueles interessados quase que exclusivamente em continuar a economia de pilhagem. A longo prazo, contudo, as questões não solucionadas virão à tona outra vez, talvez com força ainda maior do que atualmente, já que qualquer estrutura estável de poder dificilmente será possível com essas questões indecisas e não resolvidas.

Se o México, ao contrário da Argentina, consegue manter a única estabilidade política da América Latina, sem o mesmo tipo de política baseada unicamente em medidas sistemáticas e repressivas (como nas recentes experiências no Brasil, Argentina e Chile), mantendo assim o mais prolongado período de desenvolvimento social e econômico que a América Latina conheceu, é precisamente porque há somente um único terreno onde conseguir isso: o da profunda revolução social. Talvez seja devido ao fato desse terreno ter sido gradualmente abandonado pela nova burguesia mexicana que a legitimidade e estabilidade do poder e o desenvolvimento social nacional estejam ameaçados.

Um conhecido economista argentino, Aldo Ferrer, disse que foi necessária muita imaginação para tornar pobre um país tão rico como a Argentina. De fato, houve muita imaginação, mas a explicação para essa longa instabilidade política, que por sua vez ajuda a explicar as dificuldades econômicas e sociais dos países mais ricos latino-americanos, não pode ser dissociada dessas questões não solucionadas, pois estão sem solução a despeito do autorretrato à moda européia e da perspectiva da classe dominante argentina.

Onde quer que procuremos, seja nos países atlânticos, seja nos eurotrópicos, ou entre os andinos, fica claro que, a menos que haja uma descolonização radical e global da sociedade, cultura e política, qualquer possível "reforma do Estado", "modernização" ou "política econômica neoliberal" será sempre precária e parcial.

Na verdade, parece ser essa a única intenção das classes dominantes, uma vez que gastaram tanto esforço e tantos recursos tentando evitar qualquer democratização para a verdadeira mudança do colonialismo do poder.

Na América Latina, porém, também essa situação encontrará, cedo ou tarde, seus novos conflitos inerentes. Por ora, precisamos estar cientes apenas de que, com as tendências globais do capitalismo e com a reclassificação da população, com o já visível, se bem que lento, processo de desnacionalização das nações-estados, e com o aguçamento do colonialismo do poder, certas novas tendências começam a empurrar os povos dominados rumo à constituição de novas relações sociais, novas instituições sociais e novas relações entre o social e o político.

Com eles, começam a surgir também novas linhas de conflitos sociais e políticos e uma luta contra essa específica combinação de classe e colonialismo na estrutura do poder latino-americano.

Portanto, 500 anos depois, a América Latina continua atormentada por todos os pesadelos que pairavam sobre seu processo de nascimento. Talvez eu tenha pintado um quadro sombrio demais da atual situação e tendências da América Latina. Poderá surgir, porém, alguma mágica no fato de que, na mesma década, haverá três grandes eventos históricos: os 500 anos da América, do capitalismo e da modernidade; o fim do século XX e, assim, o fim do segundo milênio da Era Cristã. Então, vamos pelo menos sonhar, se não esperar, que algo bom e belo nos espera em algum canto dessa mágica nova era. ■